**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer a cada um dos senhores e das senhoras a presença. Cumprimento todos em nome dos Deputados aqui presentes, Deputada Angela Amin, Deputado Haroldo Cathedral, Deputado Eduardo Braide. Agradeço aos consultores, aos convidados e aos que estão participando pela primeira vez desta reunião; agradeço ainda ao Deputado Gustavo Fruet. Obrigado a todos pela presença.

Nós vamos falar muito sobre inovação, e nós estamos inovando na forma de conduzir este trabalho aqui no CEDES. Geralmente, o CEDES escolhe quatro temas, definindo um Relator para cada tema. Desta vez, foram escolhidos cinco temas, e este tema específico tem três Relatores. Então, nós juntamos, na prática, mais de uma perspectiva sobre as cidades inteligentes.

Para aqueles que estão chegando hoje, recordo que a Deputada Angela Amin apresentou uma proposta sobre a sociedade 5G. Houve mais algumas propostas sobre educação e cidade inteligente. Eu e o Deputado Haroldo Cathedral defendemos a possibilidade de fazermos esse estudo. Então, resolvemos reunir os temas em um único tema, mas isso vai exigir de nós uma dinâmica também diferente para desenvolver o trabalho.

Por sugestão da Deputada Angela, nós estamos fazendo esta primeira reunião para, justamente, chegarmos a esse objetivo: definirmos o escopo do projeto, sairmos daqui com o nosso trabalho delimitado e, a partir daí, criarmos uma proposta, um planejamento, um cronograma e distribuir tarefas. Decidiremos se nós vamos ter o tema, trabalhar com subtemas, e cada um dos Relatores pode aprofundar cada subtema, ou se nós teremos um tema único e vamos trabalhar sobre aspectos diferentes em cada relatoria. Na verdade, nós temos um desafio significativo neste primeiro momento.

Não há a intenção hoje de trazer os consultores para ouvirmos uma palestra sobre o tema específico. Neste primeiro momento, nós precisamos nos conhecer, e o nosso desejo é que saiamos, ao final desta reunião, com a estratégia montada e o tema delimitado. A partir daí, nós vamos gerar um programa de ação, vamos definir as ações que acontecerão, e trabalharemos no sentido de que todos os envolvidos protagonizem a área conforme combinado. Assim, teremos, ao final, um bom resultado que seja importante para Câmara dos Deputados e para o Brasil. Essa é nossa intenção.

Para não despendermos um tempo muito grande, como não são palestras, agora eu vou abrir a palavra para os Deputados manifestarem as suas impressões e dizerem como imaginam o que devemos trabalhar. Ao término da fala dos Deputados, nós definiremos a regra do jogo para hoje, para esta reunião. Nós combinaremos o tempo para cada um.

Neste primeiro momento, eu estou esperando posicionamentos bem diferentes um do outro. Eu já aviso isso porque vai ser normal. Não foi combinado, quer dizer, não houve uma conversa prévia com o pessoal que veio de Goiânia, por exemplo, ou com os que vieram de Florianópolis.

Então, hoje, nós vamos ajustar e nos organizar para, a partir daí, afinados que vamos estar, definirmos a estratégia de trabalho.

Primeiro, Deputado Haroldo, vou passar a palavra para a Deputada Angela Amin, porque ainda existe um pouquinho de cavalheirismo. *(Risos.)*

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - É isto o que nós queremos: direitos iguais.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Depois, o Deputado Haroldo fala; em seguida, o Deputado Gustavo Fruet e o Deputado Eduardo Braide. E, daí, a gente avança.

Perdão, Deputada Maria Rosas, mas a senhora também está presente e vai falar. Eu não li aqui.

Eu vou pedir aos Deputados que se manifestem primeiro, no sentido de que se concordam com o que nós propusemos, e, a partir daí, nós organizaremos as falas e a estratégia de trabalho.

A Deputada Angela Amin está com a palavra.

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Eu gostaria de agradecer ao Deputado Francisco Jr. e aos companheiros de relatoria.

Eu entendo que este é um tema atual e importante que a Câmara dos Deputados, em especial este grupo de estudos, pode fornecer ao Brasil. Essa discussão já vem acontecendo com muita propriedade em várias academias, e algumas experiências estão sendo implantadas no Brasil. Nós podemos contribuir, pensando como um todo — nós a Câmara dos Deputados —, por meio do estudo, do aprofundamento, para que aquele gestor que está lá na ponta usufrua dos benefícios, dos conceitos, das iniciativas, do que nos é colocado à disposição dentro do conceito de cidades humanas, inteligentes e inovadoras. Entendo que este primeiro momento é de formatação.

Eu fui aluna do Prof. Eduardo Moreira da Costa, na Universidade Federal de Santa Catarina, e colega da Jamile Sabatini Marques, que aqui estão. Tenho certeza de que, com a experiência que têm, tanto em Florianópolis, como no Rio de Janeiro, cidade do Prof. Eduardo, eles podem contribuir bastante com a construção daquilo a que nós nos propusemos nesta Comissão. Portanto, gostaria de agradecer ao Prof. Eduardo e à Jamile a presença. Com certeza, no dia de hoje, com a participação e as sugestões deles, dentro da necessidade de organização dos trabalhos, até porque nosso dia é tumultuado na Casa, poderemos fazer melhor o que nos propusemos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Deputada.

Deputada Maria Rosas, eu vou quebrar minha regra de cavalheirismo, porque o Deputado Haroldo é Relator. Em seguida, passarei a palavra a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Haroldo Cathedral.

**O SR. HAROLDO CATHEDRAL** (PSD - RR) - Prezados colegas Deputados e Deputadas, senhores convidados, agradecemos a presença de cada um dos senhores aqui. Estamos muito honrados. Agradeço também a presença aos demais colegas — lá no final, na ponta, encontra-se o nosso colega Fruet — e a seus assessores.

Este é um projeto que já está bem atrasado no tempo, a meu ver. Hoje nós temos uma preocupação muito grande, principalmente no Brasil, com a questão da população urbana, que cresce de forma desordenada até. Eu cito o exemplo do nosso Estado, Roraima, onde hoje estamos recebendo uma média de 600 venezuelanos por dia. Se nós tivéssemos ali uma cidade minimamente preparada, não estaríamos vivendo o caos. Se tivéssemos ali uma cidade como Boa Vista, por exemplo, uma das primeiras cidades projetadas do Brasil, se tivéssemos criado um mínimo de cidade inteligente, com certeza, não estaríamos passando pela situação que estamos enfrentando hoje.

O Presidente está conduzindo os trabalhos, e acho que será muito importante, daqui para a frente, para darmos um formato ao nosso trabalho, ouvirmos os palestrantes. Para nós isso vai ser muito importante como meio de alavancagem do nosso projeto. E não só eles como outros também irão nos embasar bastante, para que possamos chegar a um projeto que seja o melhor possível dentro do nosso plano.

Muito obrigado aos senhores e principalmente aos nossos palestrantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Maria Rosas.

**A SRA. MARIA ROSAS** (PRB - SP) - Boa tarde a todos.

Eu sou Maria Rosas, Deputada Federal por São Paulo. Agradeço ao Presidente e ao Relator, a todos os Deputados que estão aqui, aos técnicos, aos consultores. Nós estamos num momento em que precisamos avançar. E este grupo de estudos é justamente para isto: para que avancemos em vários temas. E os temas que foram colocados são muito pertinentes a nossa realidade.

Quero dizer ao Deputado Haroldo que estou à disposição. Sou Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Suécia, que trata muito da questão de sustentabilidade, de tecnologia e inovação. Havendo a possibilidade de conversar e trocar experiências com seus integrantes, eu me coloco à inteira disposição. Eles já realizaram uma palestra, e eu fiquei muito feliz com o que assisti. Na verdade, quando eu me propus criar esse grupo de amizade entre o Brasil e a Suécia, foi olhando para o lado da inovação e da tecnologia — e há um centro em São Paulo —, e também para o lado da educação, pois a minha bandeira é a educação. Sou professora, e esse é um dos temas de que vamos tratar aqui.

A minha sugestão — e sei que nós vamos debater muito a respeito disso — é a de que pudéssemos colocar subtemas. Se for o tema da evasão escolar, que possa haver subtemas, como o analfabetismo e vários outros relacionados à área da educação. Nós precisamos debater a questão da alfabetização e de como lidar com todas essas situações, em que precisamos avançar, principalmente no lado educacional e de inovação e tecnologia.

Meus parabéns a todos os que estão aqui! Tenho certeza de que será feito um excelente trabalho. Contem conosco. Estou aqui à disposição.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Deputada Maria Rosas.

Com a palavra o Deputado Eduardo Braide.

**O SR. EDUARDO BRAIDE** (PMN - MA) - Inicialmente, quero parabenizar a todos, cumprimentando os Deputados e Deputadas aqui presentes, e em particular os consultores desta Casa, que tão bem desempenham sua função. Sr. Presidente, quando eu vi esta sala repleta de consultores, percebi que o trabalho aqui vai andar, e vai andar bem. Cumprimento ainda os convidados que vieram compartilhar um pouco do conhecimento que têm nesse tema tão importante.

Resumidamente, quero dizer que entendo ser este o momento de aproveitarmos as boas ideias que deram certo, tanto no Brasil como em outros países. Não precisamos reinventar a roda. Temos que aproveitar aquilo que já está em prática. Discutir a questão do planejamento é muito importante para cada um de nós Deputados que faz parte das Comissões. Eu mesmo sou Relator de vários projetos de lei que dizem respeito à vida das pessoas nas cidades.

É importante que este grupo de estudos trace uma diretriz, para que possamos inclusive aperfeiçoar os projetos de lei que estão tramitando na Casa e, se for o caso, apresentar novos projetos de lei. Mas, ao final de tudo, que consigamos implementar em nossas cidades algo que venha realmente a melhorar a vida das pessoas.

Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. GUSTAVO FRUET** (PDT - PR) - Muito obrigado, Presidente.

Estou hoje como intruso no CEDES, cuja criação acho ter sido uma das melhores iniciativas da Câmara dos Deputados nos últimos anos. E, no momento de um debate tão radical e de uma agenda tão chata e negativa, é um privilégio que este Centro se dedique de forma tão qualificada. O objetivo do Centro foi justamente o de fugir da pressão, da rapidez necessária das Comissões da Câmara, que acabam absorvendo todo o trabalho. Eu participo tanto da Comissão de Ciência e Tecnologia quanto da Comissão de Desenvolvimento Urbano. E, por indicação do Presidente Francisco Jr., foi criada a Subcomissão Especial de Cidades Inteligentes, para a qual fui designado Relator. Hoje, quando eu soube deste trabalho, vi que temos o privilégio de ter um Centro que pode se dedicar ao tema. Então, quero me colocar à disposição dos senhores.

Depois que se passa pelo Executivo, pela Prefeitura, no caso de Curitiba, muda-se completamente a visão, principalmente do modelo legislativo. Mas há a preocupação de que cada vez mais o Governo Federal tenha participação mais intensa no desenvolvimento urbano. Vemos nos países europeus a questão da mobilidade, como a Suécia, que é um exemplo de preservação da autonomia municipal, mas que conta cada vez mais com uma ação articulada em diferentes áreas. E o conceito de cidade inteligente é muito abrangente. Então, é possível pensar o macro, mas em questões muito pontuais, que são transformadoras e têm aplicação em diferentes áreas.

Assim, também me coloco à disposição, cumprimentando os consultores e dando as boas-vindas aos conterrâneos de Santa Catarina, em especial ao Eduardo, cujo trabalho acompanho, mesmo que a distância.

Esta Comissão pode deixar um legado, não só do modelo legislativo — e como é difícil legislar quando se fala em inovação —, mas também das boas práticas, e não só locais, que possam ser incorporadas às políticas públicas nacionais.

Então, meus parabéns, Presidente! Coloco-me à disposição para esse trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de saber o que poderemos fazer em termos de inscrição, porque é fácil identificar os consultores. Os convidados são o Eduardo, a Jamile, o Luiz Fernando, cujo apelido é Chibil, o Marcos e o Xavier. Os consultores do CEDES que desejarem usar da palavra podiam me informar, para darmos início aos trabalhos, porque há muitos aqui presentes, como as assessorias, e isso me confunde.

A princípio, podemos conceder 10 minutos a cada um para a apresentação. Sugiro que os senhores falem primeiro, brevemente, das suas experiências, para podermos localizar quem é quem e de onde vem. Daí, iniciaremos o debate sobre a proposta de trabalho, para que possamos montar mentalmente como vamos construir um formato que seja proveitoso.

Vou passar a palavra ao Sr. Eduardo Moreira da Costa, por 10 minutos, e depois vou alternando as indicações.

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - Boa tarde a todos.

Agradeço ao Presidente desta reunião do CEDES, o Deputado Francisco Jr., aos demais Deputados e Deputadas presentes, ao Gustavo Fruet — que já conheço de outros carnavais e vem de uma das cidades que têm o registro no Brasil como cidade inteligente, conhecida internacionalmente, Curitiba —, e à Deputada Angela Amin, que nos convidou para estar aqui hoje.

Eu vou falar rapidamente sobre esse contexto. Fala-se muito de cidades humanas e inteligentes, e não apenas de cidades inteligentes. Então, eu queria deixar esse conceito, que acho muito importante. Esse é um movimento internacional do qual fazemos parte, e é bom que todo mundo tenha ciência disso.

O conceito de cidade inteligente, ou *smart city*, foi capturado pelos fornecedores de equipamentos para vender seus equipamentos e serviços. Não há nada de errado nisso, eles estão fazendo o negócio deles, vendendo centros de controle, câmeras, sensores de todo tipo, que são muito importantes. Mas esse não é o foco principal. Então, começou um movimento na Europa, há alguns anos — e estamos nisso desde o começo —, no sentido de se focar no cidadão. Antes de usar a tecnologia, deve-se pensar o seguinte: o que interessa daquilo ao cidadão? Qual é o problema do cidadão?

Existem *rankings* nacionais que indicam quão inteligente é uma cidade pelo número de câmeras que ela tem no centro. E câmera por habitante é um indicador que não significa nada, não tem sentido algum! O que interessa é saber quão seguro é para o cidadão, que mora ou trabalha naquele lugar, caminhar pelo centro da cidade. Então, o foco no cidadão muda completamente o estudo. Não significa ser contra a tecnologia, mas simplesmente usar a tecnologia como decorrência de um problema identificado e cuja métrica será depois o benefício que ela trouxe ao cidadão. Na Europa e no Brasil, chamamos isso de cidade mais humana, inteligente e sustentável. E, no Brasil, a sigla ficou até simpática, CHIS, que é fácil de dizer. Tem uma pessoa cujas empresas terminavam em "xis", e deu tudo errado. Mas o "xis" dele era com "x", e o nosso é com "ch": Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis. Espero que não se caia no mesmo problema.

Então, o que é uma cidade CHIS? Como é que se começa a identificar uma cidade CHIS? A primeira coisa é: moradia, lazer e trabalho no mesmo lugar. Esse é um conceito importantíssimo que vem das vilas medievais e avançou, ao longo da história, até Paris. Todo mundo que vai a Paris fica encantado com a cidade e volta dizendo: "*Nossa! Mas que beleza é Paris! Eu andava a pé para todo lado, as calçadas são largas, havia um café em frente, uma padaria na esquina, um museu a duas quadras de distância, o metrô estava logo ali*". E o sujeito que não conhece bem Paris dizia: "*Você deve ter ficado no mesmo hotel que eu fiquei, porque eu também fui a Paris, cheguei lá e havia uma padaria em frente, um café na esquina, o metrô a duas quadras*". Pois é, todos os hotéis em Paris têm uma padaria em frente, um café na esquina, o metrô a duas quadras. Aliás, qualquer ponto do círculo de Paris tem um metrô a 500 metros de distância. Então, isso faz uma diferença enorme na vida! Todo mundo adora Paris, volta para casa e faz tudo errado, porque é a situação que nós temos hoje no Brasil.

Portanto, moradia, lazer e trabalho no mesmo lugar é um conceito que nós abandonamos, durante o século XX, por causa do carro. Como o carro podia levar as pessoas de forma rápida e segundo seu próprio prazer a qualquer lugar, nós separamos as funções — moradia, lazer e trabalho — em lugares diferentes da cidade, e o sujeito se movimenta de carro. Depois isso virou um caos. Na cidade de São Paulo, nós estamos numa situação muito próxima do caos: emplacam-se ali 800 carros todo dia. Então, ao caos, somam-se mais 800 carros. Como se imagina, isso não vai dar certo, vai terminar mal essa concentração no transporte individual nas grandes cidades. Se houver vários bairros com moradia, lazer e trabalho no mesmo lugar, o deslocamento diminui muito, e esses deslocamentos devem ser feito, nas cidades grandes, por transporte de massa, e não por transporte individual.

O segundo aspecto da cidade humana inteligente é você atender os desejos, interesses e necessidades do cidadão, algo que todo mundo diz que faz, mas tem que fazer mesmo. Quando Eduardo Paes era Prefeito do Rio de Janeiro, fizeram um projeto na Prefeitura para levar o teleférico para a Rocinha. Houve uma audiência pública para discutir os detalhes finais do projeto, como em que lugar haveria estação, etc. e tal, mas os moradores chegaram lá e disseram: *"Nós não queremos teleférico"*. *"Como vocês não querem teleférico?" "Nós queremos uma escola de qualidade, campos de esporte, biblioteca, Internet de alta velocidade. Quando tudo isso estiver resolvido, aí nós vamos querer transporte. Esse não é o nosso problema hoje"*. Então, não adianta levar uma proposta a público apenas na última etapa, a audiência pública, sem saber quais são os desejos, os interesses e as necessidades do cidadão. Portanto, esse é o segundo contexto, que é muito importante.

O último ponto é o que chamamos de "deindustrialização" mental. Nós só pensarmos em indústria. É impressionante como, na nossa cabeça, o setor privado e a economia são movidos pela indústria, que é muito importante no mundo inteiro, mas representa menos de 15% do PIB brasileiro. Nós só falamos na indústria, quando, na verdade, as pessoas não trabalham mais nela. Na cabeça de todo mundo, nós trabalhamos em indústria. Então, todo mundo tem que trabalhar de 9 horas da manhã às 6 horas da tarde, o que não faz mais sentido nenhum. Inclusive, a legislação desfavorece o empregador que colocar os empregados para trabalhar fora desse horário, se quiser. Nós pensamos em indústria.

A escola é feita para formar profissionais para a indústria. Inclusive, há um grande crítico do mundo educacional, o Livingstone, um inglês, que diz que o formato da escola é muito parecido com o desenho de uma prisão: há a hora de comer, a hora de tomar sol, a hora da diversão, há barras na janela. Por que é assim? Porque a criança tem que se conformar a trabalhar seguindo a ordem da indústria. Por que tem que ser assim? Porque, na indústria, não pode haver alguém com ideias diferentes numa linha de montagem. Enquanto todo mundo está fazendo a sua parte, não pode alguém falar: *"Espere aí. Deixa eu pensar aqui. Há um outro modo"*. Na indústria tradicional, não há essa possibilidade. Então, nós formamos as nossas crianças para serem empregadas de empresa grande, o que já é um erro, e, em particular, da indústria, o que é um erro dobrado. Dessa forma, o que nós estamos chamando de "deindustrialização", a desindustrialização mental, é um aspecto muito importante.

Em relação ao trabalho feito aqui, eu queria deixar duas sugestões, se os senhores me permitirem. Uma diz respeito à formação de gente. Existe uma carência enorme nas Prefeituras, mesmo nos órgãos de suporte, nas ONGs, no Legislativo local, de interlocução sobre esse assunto. Quando alguém propuser a construção de um condomínio fechado apenas de moradia numa cidade, é preciso ver se essa é a melhor solução mesmo.

Em Florianópolis, houve uma discussão durante muitos anos sobre onde seria construída a quarta ponte da cidade. Há duas pontes congestionadas e uma que está desativada. Portanto, é necessária a quarta ponte, porque as duas em uso estão congestionadas. No entanto, olhando isso a fundo, por que se precisa da quarta ponte? Porque o trânsito de carros está congestionado. Se é para resolver o problema do carro, é necessária a quarta ponte. Se é para resolver o problema das pessoas que se deslocam do continente para a ilha, a solução extremamente tecnológica e inovadora é uma barca de passageiros, como existe há 120 anos no Rio, funciona muito bem, obrigado, e atravessa 14 quilômetros, enquanto, em Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz tem 800 metros. Aquele modelo que resolve o problema de 14 quilômetros certamente se aplica a uma distância de 800 metros, apenas por intuição. Então, deve haver gente na cidade com cabeça capaz de questionar: *"Qual é o problema que nós estamos resolvendo?"* Se for o problema do carro, resolvê-lo é simples: tem que se fazer centro de controle, colocar câmera em todo lugar, para melhorar um pouquinho a vida do carro. Porém, se o problema é a mobilidade do cidadão — mobilidade, não o problema do automóvel, do tráfego —, a solução é diferente. Esse foco na pessoa tem que ser ensinado. Essa cultura precisa ser disseminada. Essa seria a minha primeira proposta.

A segunda proposta, que vai na linha do que o Deputado meu xará já mencionou, baseia-se no fato de que os prefeitos e os executivos municipais não têm noção daquilo que já foi feito. Existe muita coisa boa no mundo e exemplos no Brasil. Há o exemplo de mobilidade de Curitiba, que foi feito lá atrás e desenvolvido depois várias vezes, inclusive pelo Deputado Fruet, mas existem exemplos em vários outros lugares, como o Porto Digital, em Recife, e o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Construir cidades novas é um equívoco num país como o Brasil. Nós pensarmos em cidades novas com todos os centros de cidade desocupados e subutilizados num país que ainda está se desenvolvendo simplesmente não faz sentido nenhum. Precisamos reocupar os centros das cidades de forma humana, inteligente e sustentável, e depois partir para a construção de bairros afastados, que é o que todo mundo está tentando fazer hoje.

Então, acho que precisa haver treinamento, formação. Nós temos um curso de pós-graduação em cidades humanas, inteligentes e sustentáveis que é feito a distância. Ele pode ser feito por pessoas de várias cidades.

A outra medida que eu acho que seria importante no grupo de trabalho — deixo isso como sugestão — é levantar as experiências de sucesso de cidades humanas, inteligentes e sustentáveis. Assim, um relatório saído da Comissão seria uma espécie de *menu* que um prefeito, um vereador ou as pessoas interessadas nesse assunto em uma cidade poderiam olhar e falar assim: *"Isso aqui se aplica à minha cidade, isso não se aplica"*.

Então, as minhas duas sugestões seriam estas: formação e levantamento de *benchmarking*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Sr. Eduardo.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Alberto Bernardo Campos, por 10 minutos também. Por volta de 9 minutos de sua fala eu dou um aviso.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - Boa tarde a todos. É um prazer estar nesta Casa, a convite do Deputado Francisco Jr.

Meu histórico em ciência e tecnologia tem 10 anos. Eu fui Secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia em Aparecida de Goiânia, onde iniciei um projeto ousado de cidade inteligente, muito baseado em PPPs.

Temos um setor empresarial pujante na Região Metropolitana de Goiânia, em Aparecida de Goiânia, em distritos industriais. Esses distritos eram da Prefeitura, mas havia alguns problemas de especulação imobiliária devido à postergação de construção por falta de infraestrutura. Então, a PPP resolveu isso, uma vez que determinamos que a Prefeitura pagaria uma parte e os empresários pagariam a outra. Essa sistematização de como funciona a regra do jogo é muito importante. Daí, a Prefeitura sabe das suas limitações e vai atrás do empresariado de forma organizada, para o empresário saber onde estão sendo colocados os recursos. Nós tivemos 100% de adesão ao projeto. Quem não aderiu a ele, perdeu a área e teve que passar a bola para outro. Num período muito curto de tempo, a cidade conseguiu fazer com que seu PIB crescesse quatro vezes. Nós saímos de um PIB de 4 bilhões de reais para outro de 16 bilhões de reais num período de 10 anos.

Às vezes, precisamos ter criatividade para falar em cidades inteligentes, porque não são soluções disruptivas que funcionam, mas soluções de bom senso. Depois, trabalhamos o APL de Cosméticos. Hoje a cidade tem mais de 200 empresas de cosméticos. Em função delas, o setor químico corresponde ao maior registro do INPI do Estado de Goiás. Depois, criamos a Incubadora 3D, para fomentar a pesquisa aplicada e o empreendedorismo junto ao Instituto Federal. Nós fomos buscar principalmente o Instituto Federal, que tinha uma dificuldade mercadológica, às vezes muito ideológica, mas conseguimos quebrar isso.

Temos ainda o projeto de um parque tecnológico, que está em vias de implantação, mas que hoje está sendo ancorado pela Huawei. A Huawei está fazendo um projeto-piloto, em Aparecida de Goiânia, com 600 quilômetros de fibra ótica, *data center*, *smart city*. É um projeto de 100 milhões de reais. Então, a Prefeitura está acreditando num plano diretor tecnológico e está fornecendo infraestrutura para que as empresas possam realizar os investimentos.

Com esse exemplo de Aparecida, fomos a Goiânia fazer um trabalho no sentido de trazer mais empoderamento para o setor produtivo, porque, às vezes, ficamos dependendo muito da Prefeitura, esperando a boa vontade do Secretário ou do Prefeito do momento. Em Goiânia, criamos o CODESE — Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico, que vem promovendo essas PPPs. Então, é muito importante esse trabalho, porque estamos desburocratizando o setor, com alvará eletrônico e várias outras ações que o setor privado tem ajudado a Prefeitura a tirar do papel.

Isso entra muito naquele conceito, que se ouve falar há muitos anos, do *living labs.* Essa seria uma excelente prática que este grupo poderia sugerir, já que o *living labs* trabalha o conceito de *open data* e de *wish list* das cidades. Então, o cidadão fica conhecendo qual é a dor da Prefeitura e o que ele pode fazer para ajudar uma secretaria específica a resolver uma dor, um problema. Então, isso inclui gestão de parques, alvará, lixo, coleta seletiva, saúde.

Há até soluções para dengue. Nós estamos conseguindo automatizar o prontuário do assistente da saúde que vai coletar os dados nos bairros. Isso vai facilitar a coleta de dados e acelerar o diagnóstico, porque hoje as Secretarias de Saúde tomam decisões lentas. Quando já está instalada uma epidemia de dengue, a Secretaria de Saúde está pensando ainda no que vai fazer.

Então, acho que a tecnologia vem para auxiliar o humano, não vem para substituí-lo. Ela vem aumentar a assertividade e a eficácia do ser humano. Como nós estávamos falando na hora do almoço, existem ainda muitos *gaps* de falta de governança nas cidades, e a tecnologia poderia ajudar.

Lá em Goiânia, nós já estamos com o conceito de Mutirão Tech, que é como um Hackathon, para o qual a Prefeitura começa a levar demandas. Ela escolhe os melhores projetos, incuba-os dentro da Prefeitura e dá apoio a eles, para que esses projetos tracionados possam atender não só a Prefeitura como o mercado.

Eu vejo que, lá em Santa Catarina, há uma iniciativa muito bacana da Associação Catarinense de Tecnologia — ACATE. Acho que hoje ela tem um papel fundamental, na sociedade catarinense, de transformação digital e, principalmente, de orientação em relação à capacitação de TI. Vocês conseguem empoderar as empresas de TI e gerar um entusiasmo e uma inspiração para que os empreendedores possam seguir o mesmo caminho, a mesma trilha, o que nós chamamos de jornada do empreendedorismo.

Eu vou estar lá em Florianópolis em agosto, naConferência ANPROTEC, no Startup Summit, na qual estive no ano passado também. Esse é um evento de excelente a qualidade.

Então, o Brasil está cheio de bons exemplos para *benchmarking*. Acho que nós precisamos é divulgar essas melhores práticas para que as lideranças municipais possam adotar essas políticas.

Quando nós formos falar em capacitação, devemos olhar para a Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação — ASSESPRO e para a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro — SOFTEX, muito citadas por mim também. Elas têm muito interesse em criar essa capacitação e essa mudança de *mindset*.

O que está acontecendo é que nós estamos ensinando a nossa juventude como se ainda estivéssemos no século XX. Nós estamos ensinando economia tradicional para os jovens que estão no século XXI e na nova economia. Então, por falta de conhecimento, esses jovens não exploram mais a nova economia, que é muito rica justamente se for colaborativa, digital e, principalmente, se a pessoa se enxergar como um agente de transformação.

Nós não podemos falar num empreendedorismo mais tradicional, temos que falar num empreendedorismo tecnológico e digital, que é exponencial. Nós saímos da linearidade, como foi falado, da nossa pedagogia de hoje e estamos indo para algo exponencial, com novas metodologias pedagógicas. Eu acho que o Brasil é muito atrasado também em pedagogia. Nós precisávamos estudar mais a Finlândia, a própria Suécia, a Coreia do Sul, a China. A China tem feito um trabalho fantástico com as crianças relacionado, principalmente, ao *mindset*, à codificação.

Eu acho que hoje nós passamos por uma "softwarização" da economia. Então, toda empresa vai ter que saber um pouco de digital, de TI. Vai ter que haver um CTO dentro da empresa para fazer esse trabalho. Isso passa muito pelo propósito das pessoas.

Então, não vendemos mais um produto imposto para o mercado. Primeiro, temos que ir atrás do cliente, conhecer a dor, a necessidade dele, para depois apresentar-lhe um produto que seja real e digital, porque, se ele for só real, vai ter um potencial de mercado menor, e, se for digital, vai ser exponencial, vai poder atender, quem sabe, uma demanda mundial.

Trabalhar inovação aberta significa abrir os problemas e as dores para as pessoas conhecerem e poderem nos atender. Eu acho que o maior problema que acontece hoje é que as pessoas não conhecem, de forma estruturada, as dores de cada um e, muitas vezes, nem do Governo. Então, o cara fica se matando para idealizar um *startup*, porque ninguém fala para ele quais são as dores do mercado.

Eu acabei de voltar de Israel, e eles fazem um trabalho fantástico de *wishlist*. Nas incubadoras das universidades, já há uma lista das demandas de mercado para quem quiser vender para ela a sua pesquisa ou a sua ideia. Então, você pode até idealizar fora daquela *wishlist*, porque talvez não seja o seu perfil. Mas, se você quiser trabalhar com o mercado, vender para o mercado ou se financiar através do mercado, está aberto. Eu acho que temos muitas vezes que acabar com essa ideologia e partir para o trabalho de resultado. E, nesse caso, entra muito a cultura da governança. Não fazemos tudo isso se não houver governança.

Eu tenho aprendido muito lá em Curitiba, com o pessoal do *masterclass*, que tem trabalhado muito a capacitação de conselheiros para a nova economia, no sentido de *venture capital*, c*orporate event*, P&D interno, P&D externo, qualidade. Temos que sair do piloto automático, conseguir nos enxergar de fora da caixa e ver onde podemos ser útil para a sociedade, de forma bem objetiva.

Então, a ideia é trabalhar esse conceito de problema e solução e sair da economia tradicional para a nova economia. Eu acho que essa é a pauta.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Marcos.

Tem a palavra a Sra. Jamile Sabatini Marques.

Ela vai usar os telões aqui atrás. Então, a quem estiver sentado de costas eu peço que se posicione para poder acompanhá-la.

**A SRA. JAMILE SABATINI MARQUES** - Boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui. Obrigada pelo convite.

A minha apresentação está muito conectada com a sua fala, Marcos. Na verdade, eu trouxe todo o arcabouço do que você acabou de falar. Eu não sei o quanto as pessoas já estão familiarizadas com todas essas palavras, *living lab* e tudo o mais. Vou tentar detalhar um pouquinho mais. Vou falar sobre cidades humanas inteligentes e sustentáveis.

Fiz doutorado junto com o Prof. Eduardo, na UFSC, e um doutorado sanduíche, na Austrália, com uma pessoa que é referência em desenvolvimento urbano, baseado no conhecimento.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Hoje, eu estou fazendo pós-doc com o Prof. Eduardo, na UFSC, de desenvolvimento baseado no conhecimento e estou no grupo de pesquisa da USP, no Instituto de Estudos Avançados, em que falamos de cidades globais. Trabalho na Associação Brasileira das Empresas de Software — ABES.

Eu acho que você deve ter viajado com o Rodolfo, Presidente da ABE, não é?

Em relação às cidades inteligentes, conforme postura da ABES, dizemos que tecnologia é meio. Realmente consideramos que a tecnologia tem que vir para agregar na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Então, o que faz uma cidade ser inteligente? Como o Prof. Eduardo estava falando, liga-se muito a cidade inteligente a empresas de tecnologia, ascensores, salas de controle. É isso que as pessoas querem, quando falam de uma cidade inteligente?

Há alguns exemplos, como o de Songdo, uma cidade totalmente tecnológica para 65 mil pessoas, que custou 25 bilhões de dólares. Eles trabalham com *chips*, não têm carro. Há um tipo de cartão de crédito que vale para tudo, como identidade. É dessa forma que funciona.

Masdar também, que custou 22 bilhões de dólares, é outro exemplo. É uma cidade feita para 50 mil pessoas. Masdar é um pouquinho diferente. É tecnológica, mas, ao mesmo tempo, lá eles têm uma visão mais de sustentabilidade, com telhados, integração alimentícia, cuidado com a água e com resíduos. Eles usam a tecnologia para isso.

Depois começaram a se perguntar: *"É isso que a gente quer? A gente quer uma cidade tão inteligente assim? O nosso próximo prefeito vai ser uma máquina? O que a gente quer?"* Começaram então os questionamentos.

Quando a Deputada Angela me convidou para falar, ela me pediu que trouxesse mais conceitos, para conversarmos.

Então, uma cidade humana inteligente e sustentável tem que promover o completo bem-estar, que seja um lugar bom para morar, trabalhar, estudar e se divertir.

Eu trouxe o que trabalhamos na USP, que é sempre pensando nos pilares do conceito da ONU sobre desenvolvimento sustentável, que é o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental. Normalmente, as pessoas conectam sustentável simplesmente com a natureza, mas não com o desenvolvimento do todo, como queremos. Nós queremos uma cidade que permita que todos possam crescer e se desenvolver econômica e socialmente. Acreditamos que a tecnologia permite isso.

O Prof. Eduardo estava falando da indústria. Antes, para se ter uma indústria, era preciso ter dinheiro, ser rico. Hoje em dia, pode-se abrir uma empresa de tecnologia, ser inteligente, com condições de ter um computador que consiga desenvolver isso. Então, consideramos que a tecnologia traz uma igualdade.

Eu vou falar sobre tecnologia, cooperação e pessoas.

A tecnologia vem para servir as pessoas. Ela é considerada um motor de desenvolvimento que dá oportunidade para melhorar a vida das pessoas. E vou falar um pouquinho sobre as plataformas, que estão mudando as formas de consumo. Como é que nós estamos nos comportando hoje? Como é que essas plataformas estão mudando as cidades?

Aqui é uma plataforma que também está mudando o estilo de vida. Por exemplo, em Sacramento, na Califórnia — esta matéria é nova —, eles lançaram *bikes* elétricas, uma plataforma para *bikes* elétricas, que, no primeiro mês, superou a utilização de Uber na cidade. Então, isso mudou o estilo de vida. Começaram a andar de bicicleta ao invés de pegar o carro.

Aqui estão as plataformas iFood, Rappi e Uber Eats, que estão valendo milhões de dólares. Em 2018, foram investidos 500 milhões de dólares no iFood e 220 milhões de dólares no Rappi, gerando novas oportunidades de emprego e novas formas de consumo. E por que essas empresas estão valendo tanto dinheiro assim? Porque elas têm os dados, o perfil daquele cliente.

Hoje nós estamos na era do conhecimento e na era da importância dos dados. Como é que eu entendo melhor o meu cliente? É por isso que está surgindo legislação, por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Está havendo toda uma mudança, porque a informação do consumidor está valendo cada vez mais.

Sobre a cooperação entre as pessoas, como é que ela acontece? Eu vou trazer aqui um pouquinho de *commons*? O que são *commons*? *Commons* são bens comuns. Por exemplo, uma praia é um bem comum que toda a população pode utiliza. E os dados abertos são um bem comum que provocam todo um ecossistema de inovação, sobre o que o Marcos estava falando, empreendedorismo e inovação.

Então, um governo inteligente utiliza os dados abertos para fazer esse desenvolvimento. Está aqui o caso de Berlim, que usa dados abertos. As *startups* vão lá e se desenvolvem. Quem vai a Berlim volta maravilhado, porque tudo funciona, tudo está conectado. Mas é o Governo que está abrindo oportunidades para a sociedade, desenvolvendo e fazendo as melhorias de que eles sentem necessidade. São Paulo fez isso. Isso está começando. Eles criaram uma plataforma, a GeoSampa, que está integrando vários serviços da cidade. Na semana anterior, eles fizeram a Hackatona, e a ABIS apoiou a iniciativa premiando o melhor projeto, que tinha que ser de tecnologia e pensar na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Economia inteligente e ecossistema de inovação. Quando eu estudo a parte das cidades inteligentes, o meu foco é mais nessa parte da economia, da inovação e do desenvolvimento econômico. A minha tese era para falar sobre a importância de se fomentar a inovação para gerar desenvolvimento econômico, a importância dos programas que fomentam inovação para gerar desenvolvimento econômico.

Esse é um artigo que nós temos com o meu professor, o Yigitcanlar, que é australiano. O Prof. Eduardo fez parte da confecção desse artigo. Nós falamos que uma cidade inteligente é composta de vários sistemas de sistemas. É como o corpo humano, temos vários sistemas, e cada um faz a sua parte. É o que estávamos falando: ela é composta de sistemas de sistemas, precisa ser sustentável, equilibrada e precisa desenvolver o domínio econômico, social, ambiental e institucional, que é o que você estava comentando.

Aqui é um *framework* de desenvolvimento urbano baseado no conhecimento que contempla o anel social, econômico, institucional e espacial. No econômico, nós estamos falando de conhecimento, inovação, competitividade, fomento. A partir de uma ideia, gera-se o conhecimento, inova-se, fica-se competitivo e gera-se desenvolvimento econômico.

E temos a importância dos ecossistemas de inovação. Você estava falando de Florianópolis. Eu dirigi a Associação Catarinense de Tecnologia — ACATE de 2004 a 2012. Fui diretora-executiva e coordenei o MID Tecnológico. Nós ganhamos dois prêmios de melhor incubadora do País.

O ecossistema de inovação tem que estar integrado, conectado. E todos são importantes, todos estes atores são importantes: a universidade, formando mão de obra qualificada e empreendedores; as empresas, indo para as incubadoras e para os parques tecnológicos; as FAAPs e os bancos de fomento desenvolvendo; os fundos de investimento entrando com recurso; a legislação; e as entidades de classe coordenando todo esse papel. Nós vermos o ecossistema funcionando numa cidade é muito importante para esse desenvolvimento. O ecossistema de inovação em uma cidade "x" melhora os processos da própria cidade, investindo em capital humano e social.

Essa é a importância das parcerias público-privadas, como foi falado dos *living labs* são, por exemplo. Nós estamos falando das universidades federais que, hoje em dia, estão sendo tão questionadas. No ano passado, fizemos um *workshop* dentro da UFSC, que é uma cidade. Há 50 mil pessoas lá dentro. Então, assim, o que poderia ser feito? O conhecimento está todo ali, e nós não usamos a parceria público-privada para colocá-lo dentro da própria universidade. Por que eu não estou usando a energia de uma forma mais sustentável? Por que há o desperdício de água? É preciso fazer essas parcerias, para que as próprias empresas — por exemplo, uma WEG — pudessem colocar um *living lab* dentro da UFSC. Como é que tiramos um melhor proveito disso para gerar esse desenvolvimento? Todo mundo ganha com isso.

O que faz uma cidade ser mais humana são as pessoas. Nós estamos na era do conhecimento, e as pessoas são o motor desse desenvolvimento.

Eu faço parte de dois grupos de trabalho no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e no Ministério da Economia em relação a recursos humanos. E o que nós estamos discutindo é isso. O meu filho está no segundo ano do ensino médio e, na escola dele, houve um dia de profissões. Ninguém está falando de tecnologia ainda. Está muito distante esse mundo. Ninguém fala da importância da matemática em relação à *big data* e inteligência artificial. Eu mando tudo para o colégio e falo: *"Olha, vocês não estão abordando isso".* Eles ainda estão falando do médico, do engenheiro, do arquiteto. As escolas ainda não mudaram para mostrar para essa meninada o que está acontecendo neste mundo. Embora os meninos estejam atentos, quando se chega à época da vida em que precisam decidir a profissão, eles não têm condições de tomar uma decisão.

Então, como eu falei, eu participo destes grupos: o Lab X, com o Prof. Eduardo; no Instituto da USP; na ABES; no Programa de Cidades Globais. Todos estão trabalhando por cidades melhores. O grupo do Lab X trabalha mobilidade, economia, identidade, governança, meio ambiente e segurança. Na USP, nós trabalhamos com outras coisas: qualidade do ar, planejamento urbano, impactos climáticos. Temos uma outra pegada. Esse é o grupo de pós-docs. Nós somos dez pós-docs, cada um com um perfil. É muito interessante, porque é a primeira vez que a USP lança um pós-doc interdisciplinar, que é para, realmente, haver a troca de um com o outro, assim, de especialidades totalmente diferentes.

Essa é a Elinor Ostrom, ganhadora do Nobel de Economia. Ela fala que nós todos somos cidadãos. Antes de ser um Deputado, o senhor é um cidadão e sabe das necessidades da sua cidade, do que ela precisa de melhoria. É cidadão buscando a melhoria em vez de ficar esperando que alguém faça por ele.

O professor estava falando da ponte, da quarta ponte. Qual é a pergunta certa? É preciso haver uma outra ponte? Por exemplo: em Florianópolis, todas as melhores escolas estão no centro da cidade. Se não há aula, melhora o trânsito. Então, por que não usar a análise de dados para saber de onde vêm os alunos, dar um incentivo para que um colégio tradicional vá para o norte da ilha e para que outro vá para o sul da ilha, usar a tecnologia e a análise de dados a favor, em vez de construir uma nova ponte?

Esse é um *workshop* que nós fizemos. Ele está disponível tanto no *site* do Lab X quanto no da FECOMÉRCIO. O tema foi a ponte e o seu entorno, porque a previsão é que a ponte seja reaberta no final deste ano. Até então, as duas coisas não estavam conversando, porque a ponte é do Governo do Estado e o entorno é da Prefeitura. O entorno é de 1930, e estão querendo reabri-lo. Quando o *workshop* veio à tona, criaram um comitê para organizar e ver o que vamos fazer, como é que vai ser. Nós vamos aos lugares, fazemos entrevistas e levantamos as dores da sociedade para propor as soluções.

Esse é um convite que eu trouxe para todos. Neste ano, dos dias 4 a 7 de novembro, vamos ter um seminário internacional, com dez palestrantes internacionais que são referências no mundo todo, para discutir cidades, cidades do conhecimento. O evento vai ser em Florianópolis, no SESC. A página está ali, se quiserem conhecer. Eu acho que essa é uma oportunidade única que estamos trazendo para o Brasil neste ano. É a primeira vez que o evento vem ao Brasil. No debate, vários temas serão discutidos: a economia disruptiva, conhecimentos inclusivos, ecossistema de inovação e empreendedorismo, tudo o que vamos discutir nesse evento.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Sra. Jamile.

Convido o Sr. Luiz Fernando Cruvinel para fazer a sua exposição.

**O SR. LUIZ FERNANDO CRUVINEL TEIXEIRA** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado. Obrigado por ter me convidado para esta reunião, na qual vamos aprendendo coisas que o tempo não nos deixa aprender, mas, quando se concentra o conhecimento assim, é muito legal para avançarmos nessas questões.

Eu queria dizer que, como último palestrante, todos já disseram o que eu ia dizer.  *(Risos.)*

Então, eu vou pegar outras questões. Não vou discutir mais essas que foram abordadas, que são importantes e determinantes para o futuro das cidades, mas eu vou ser um pouco pessimista neste momento, não na questão da tecnologia, mas na questão da gestão, que foi mencionada inicialmente.

Eu tenho uma experiência longa em desenvolvimento urbano, desde 1970. Talvez poucas pessoas aqui tenham nascido antes de 1970. Eu fiz a minha pós-graduação em Londres nessa data, e foi muito interessante. Estavam surgindo essas coisas da tecnologia, e o primeiro, vamos dizer assim, encontro com a tecnologia que eu tive foi em um curso feito no Imperial College sobre transporte urbano, em que nós fomos visitar o centro de controle do trânsito de Londres. Lá havia todos os sistemas das maiores vias de Londres, em que havia maior carregamento, e já havia um controle desse carregamento — estou falando de 1970. Através do carregamento, ele ia abrindo os sistemas de sinalização, permitindo que aqueles em que houvesse maior número de automóveis tivessem maior vantagem comparativa em relação aos outros. Estou falando de 1970. E nunca mais eu vi isso acontecendo. O Brasil não avançou nada nessas questões. Sim, avançou, tira fotografia do carro que passa dos 80 quilômetros por hora para multar. Essa tecnologia está aí pronta para acontecer.

Falando ainda sobre a minha experiência, eu, depois de Londres, vim para Goiás e criei o Instituto de Desenvolvimento Urbano de Goiás, chamado INDUR, que durou 10 anos ou 15 anos. Esse instituto foi brilhante. Eu não fiz parte, porque, no momento em que assumiram o instituto, eu não fazia parte da política. Eu não trabalhei no instituto, mas outros que trabalharam fizeram um aporte de conhecimento do desenvolvimento urbano no interior de Goiás muito interessante. E, olha, isso é muito interessante, porque nós estamos falando das pequenas cidades, inclusive das cidades que hoje estão no Estado do Tocantins.

Posteriormente, depois de trabalhar na área privada e um pouco no Governo, eu fiz, junto com um colega, o Plano Diretor de Palmas. Nós trabalhamos desde o momento de escolha da área até o momento do projeto, e, por incrível que pareça, esse projeto dessa cidade foi desenhado na prancheta, não havia computador, não havia AutoCad. Então, essa coisa foi avançando. O que eu posso dizer? Não vamos falar de plano de Palmas, mas vamos dizer o seguinte: havia uma estratégia de implantação, uma estratégia de ocupação, e nada disso foi feito, do ponto de vista da implantação da cidade. Isso desorganiza transporte, desorganiza o sistema de infraestrutura, desorganiza a vida das pessoas. Nós todos sabemos que nós urbanistas trabalhamos para as pessoas. Os urbanistas, eu os vejo como aquele filme *O Incrível Exército de Brancaleone:* nós ficamos o tempo todo lutando pela qualidade de vida das pessoas, pela melhoria da educação e da saúde, pelo controle do território, e nada disso acontece. Nós estamos com muitos anos de trabalho e muita decepção com a gestão das cidades. Eu acho que essa é uma questão importantíssima. O conhecimento está aí. Como nós vamos colocar esse conhecimento nas cidades? É isso. Esse *gap* eu não sei. Eu estou jogando. Essa é uma questão é fundamental.

O Deputado tem uma experiência conosco, comigo. Ele me convidou para ser o consultor do Plano Diretor de Goiânia de 2006. Nós fizemos um trabalho com mais de cem pessoas. Avançamos na questão da cidade compacta e no uso do solo e transporte. Nos projetos estratégicos, havia 16 eixos de transporte. Utilizamos o zoneamento, e o uso do solo era todo baseado no uso do solo e transporte. Não aconteceu nada, nada, absolutamente, 10 anos depois que nós fizemos esse plano diretor, em Goiânia. Talvez seja culpa nossa, porque não sabemos, como você disse, transmitir bem aquilo que nós estamos fazendo. Eu acho que aí, talvez, precisemos baixar um pouco a bola para poder ajudar as pessoas a usufruir da sua cidade com qualidade, porque as cidades brasileiras não têm qualidade. Então, o Deputado Francisco Jr. viu o nosso trabalho.

Eduardo, nós fizemos mais de 200 reuniões públicas. E, na hora de aprovar esse projeto, havia ninguém para ajudar a não entrar um cavalo puro sangue e sair um camelo.

A legislação vai mudando. O plano diretor é uma coisa, o resultado final, outra.

Então, senhores, eu concordo absolutamente com o que foi dito aqui. Nós precisamos usar a tecnologia para diminuir esse *gap* entre o conhecimento e a gestão. Para mim, esse é o ponto mais estratégico desta reunião. E aí, é claro, obviamente sabemos que o conhecimento é muito importante e que as pessoas, as Prefeituras, os Governos Municipais precisam estar aptos para receber essa tecnologia. O Eduardo falou isso muito claramente. Essa é a minha fala, porque, se eu fosse repetir o que os senhores falaram aqui, seria chover no molhado, como dizem em Goiás. Mas eu vejo muito claramente esse buraco negro entre o conhecimento, a tecnologia, a inovação e os Governos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado.

Acho que falta o Xavier, que, então, está com a palavra.

Gostaria que já fôssemos pensando — porque eu estou bolando algo aqui para considerar depois —, que cada um pense sugestões para nós, a partir de agora, reunirmos o que foi colocado. Na verdade, tudo colocado aqui terá sido a partir da experiência de cada um, com setas, sinalização do caminho que vamos percorrer.

Vamos ouvir o Xavier e, depois, fazer outra rodada, aproveitando as sugestões, para conseguirmos amarrar.

**O SR. EDISON ALESSANDRO XAVIER** - Boa tarde, senhoras e senhores.

Pegando carona na fala do meu colega Luiz, é muito difícil falar quando tudo já foi dito. É uma discussão tão rica. São especialistas com várias perspectivas, enfim. Então, eu vou tentar lateralizar e colocar a discussão um pouquinho também sob a perspectiva, talvez, do problema dos Municípios e dos agentes de inovação, que, em tese, teriam que estar envolvidos nesse processo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Basicamente, quando nós falamos de cidade inteligente, nós — e aí, obviamente, é só para colocar isso, porque é muito importante — entendemos, sim, que, apesar de a mídia gostar muito de dizer tecnologia, sensores, redes de alta velocidade, ser cidade inteligente é muito mais do que ser uma cidade completamente digital e tecnológica, é ser uma cidade onde os seus consumidores — que são os Municípios — conseguem interagir com ela da forma mais fluida possível, chegando ao limite de uma forma tal quase como se esquecesse de que está em um Município, de tão fluido que poderia ser esse relacionamento entre ele e o Município. Então, acho que esse é o viés. É no que também nós acreditamos.

Trata-se de um problema que os senhores já colocaram muito bem: a urbanização. Isso é realidade, não é teoria — e, na verdade, já é um problema. Os Municípios não estão preparados e não foram preparados para esse crescimento. O movimento de modernização causa isso. Existe esse movimento do rural para o urbano, e isso é uma realidade. Inclusive, o Brasil é um dos países com o maior índice de urbanização da América Latina e, se não me engano, um dos maiores do mundo. Eu tenho alguns números aqui, mas eu vou tentar acelerar, pulando esses detalhes.

Eu coloquei aqui e eu estou com o relatório técnico que eu fiz, mas eu vou tentar ser menos técnico. Eu cito questões das cidades, exemplos — que, inclusive, foram ditos por vários palestrantes —, mas também tento desconectar um pouco do que é o exemplo que a mídia coloca. A mídia adora colocar exemplos que ressaltam um aspecto que tem esse apelo midiático, tecnológico, digital. Então, a nossa preocupação acaba sendo muito mais como, então, os Municípios de um país que está em desenvolvimento conseguem ter um grau qualquer de inteligência. Como isso funcionaria na prática?

E aí eu também vou colocar um outro parênteses aqui separado — e eu vou lá na frente explicar para os senhores por que eu menciono isso —, que é algo interessante sobre a normalização das métricas. Como medir? Como classificar e entender o Município como pouco inteligente, muito inteligente? Existem várias e várias propostas, vários *frameworks* que trabalham essa classificação. E aí eu cito que a ISO tem já uma proposta de padrão que foi resultado de um grupo de trabalho que surgiu em 2018, que são a ISO 37.122, *Indicators for Smart Cities*, e a ISO 37.123, *Indicators for Resilient Cities*. São *frameworks* que tentam dar um tom de global — não são *frameworks* privados, são *frameworks* que, em tese, poderiam ser adotados. E por que é importante o *framework*? Porque, quando se passa a medir de forma igual, é possível comparar e publicar *cases,* e isso pode criar empatia: *"Deixe-me colocar no lugar daquele Município. Se deu certo lá, pode ser que dê certo para mim".* Eu estou falando de casos de Prefeitos que não tenham a menor ideia de como tornar seus Municípios um pouco mais inteligentes.

Várias cidades têm problemas de mobilidade, e esses problemas podem ser mais simples de resolver do que nós imaginamos. Semáforos inteligentes podem resolver problemas de trânsito, a integração entre modais. Eu estava conversando sobre isso esses dias, e me disseram que cidade inteligente é muito difícil, muito cara. Entretanto, se num centro urbano com dois Municípios for feita uma simples integração do modal, isso já torna as atividades muito mais fluidas para os consumidores. Então, tornar um Município inteligente não está associado necessariamente a questões digitais caríssimas, que não são alcançáveis pela maioria dos Municípios brasileiros.

É importante também ressaltar a falta de previsibilidade na gestão dos Municípios brasileiros. Os Prefeitos dizem que não têm dinheiro, porque é muito caro adotar isso, dizem que não existe orçamento etc. Temos que pensar sob a perspectiva do planejamento das ações, porque a maioria das ações que tornam a cidade inteligente devolve economia para o Município. Vários pontos têm que ser desmistificados.

Entramos agora num aspecto prático: qual é o trabalho que esta Comissão poderia adotar? Nós conhecemos uma série de questões teóricas dos Municípios, mas como fazemos para que isso se difunda e chegue aos atores responsáveis por consumir essas práticas, que são os Prefeitos dos Municípios? Para isso, geramos uma série de sugestões de atuação do grupo, que estão documentadas. Entre esses impeditivos para a adoção dessas práticas, ressaltamos...

Eu não me apresentei no início, e acho pertinente fazer isso agora. Eu sou Edison Xavier, trabalho na assessoria do Deputado Haroldo Cathedral, já trabalhei como Diretor de Conectividade do Tribunal de Justiça, já trabalhei como Diretor de Tecnologia da Assembleia Legislativa, já trabalhei com *startup*, já tive *startup*, já fui acelerado pelo Google, já fui acelerado pelo SEED — Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development, em Minas Gerais, que é o programa de aceleração de *startups*, atuo como mentor em alguns programas, sou parceiro da Associação Brasileira de Startups. Então, também estamos nesse ambiente de inovação.

É bacana eu dizer isso porque, normalmente, quando paramos para pensar, vemos que a inovação surge a partir de quem é desengessado. O poder público tem um problema muito grande, porque é difícil para ele inovar, por uma série de características. Então, a inovação vem da iniciativa privada, não há muita solução para mudar isso.

No mundo em que vivemos hoje, na própria mídia, *startup* é uma palavra que já está pacificada no vocabulário, de certa forma, apesar de isso ainda gerar discussão.

Projetos inovadores e empreendedorismo são o berço da inovação. Então, esse é um ator que deve ser considerado. Não adianta imaginar que o Município vai ter capacidade de sozinho resolver todos os seus problemas de inteligência. A inovação sempre veio — pelo menos a maioria — desse ambiente formado pelas *startups*.

Eu concluo dizendo que uma cidade não busca ser *smart* pelo título. Pelo menos não deveria ser assim. Ela deve buscar entender as necessidades e as rotinas de seus cidadãos, tentando ao máximo fazer com que a tarefa de ser morador dessa cidade seja o mais prazeroso, simples, acessível e seguro possível. O foco é e sempre deve ser o bem-estar da população. Esse é o viés.

Cada cidade tem suas necessidades, e não há fórmula pronta que seja aplicável a todos os Municípios. Cabe à administração municipal, dentro da sua realidade, entender as ações que se aplicam, observando inclusive *cases* de sucesso de Municípios com características semelhantes. Isso está dentro da minha pequena lista de sugestões de frentes de trabalho que eu acho que seria superinteressante como resultado a ser pelo menos perseguido pela Comissão.

Melhor ainda, ao contrário do que se pode supor, ações para cidades inteligentes quase sempre estão relacionadas com melhorias de processos do Município, entregando controle, gestão e conhecimento ao gestor. Ou seja, na maioria das vezes o investimento nessas ações é integralmente compensado com benefícios sociais e questões de economia. Temos que mostrar e defender que cidade inteligente não é um custo para o Município, mas um investimento. Ao provar esse ponto, isso se torna muito mais consumível para os gestores municipais.

Acreditamos que o papel dos legisladores federais não seria, pelo menos neste momento, já considerar ações para Municípios. Eu não acho que se deve chegar ao Município com um monte de recomendações para desenvolverem ações para tornar a cidade inteligente. Não temos capacidade de fazer isso para todos os Municípios do Brasil. Acho que uma proposta bacana seria inverter isso, criar mecanismos que estejam dentro da atuação do Parlamento federal, para que os legisladores federais — estou falando dos Deputados Federais, obviamente — possam criar fluidez na adoção de medidas que tornem a cidade inteligente pelos Municípios, de forma que isso se torne uma coisa realmente concreta.

Na nossa listinha de sugestões está, por exemplo, a adoção no Brasil de norma equivalente à ISO, que seria absorvida pela ABNT, que é a nossa equivalente, para que possamos trocar informações das *performances* e das lições aprendidas dos Municípios brasileiros com outros países e entre as nossas próprias unidades da Federação.

Outra sugestão é fazer chamadas públicas aos Municípios para entender suas classificações conforme esses critérios. Assim, resolveríamos dois problemas. Os Municípios passarão a entender que isso existe, e nós passaremos a entender de forma estatística a realidade dos Municípios sob critérios internacionais.

Sugiro a criação de um grupo de estudo e de integração internacional no assunto, para que tenhamos intercâmbio dessa iniciativa. Acho que isso seria muito bacana.

Também sugiro que se desenvolvam proposições legislativas que facilitem a implementação de cidades inteligentes pelos Municípios, resolvendo problemas de contratação de forma mais rápida. Muitas vezes, trata-se de prova de conceito. Primeiro, é preciso entender se isso vai funcionar em determinado Município. A contratação para fazer uma prova de conceito, como existe hoje, praticamente inviabiliza o projeto. Prova de conceito deveria ser muito mais fluida: *"Deixe-me testar. Se funcionar, eu parto para uma contratação"*. É questão de legislação federal.

Sugere-se a criação PPPs, para tornar mais simples a adoção dessas propostas.

Outra proposta é a criação de um grupo de trabalho ou secretaria especial do Executivo para facilitar os estudos de viabilidade das iniciativas, como uma ajuda do Executivo para os Municípios.

Proponho a constituição de um banco nacional de iniciativas, para que os Municípios compartilhem seus *cases* e soluções, para que isso possa ser consumido pelos Municípios. Acho que isso seria fantástico. *"Deixe-me ver qual é o meu caso e a que Município se aplica."* Imagino que isso seria extremamente interessante.

É importante o apoio a outros atores. Volto a dizer que isso é extremamente relevante. Temos que prestar atenção em todos os envolvidos no processo, senão ele fica manco, senão ele não funciona.

Deve ser proposta legislação que incentive o desenvolvimento de inovação por *startups*, para garantir novas oportunidades para cidades inteligentes.

Outra proposta é a elaboração de medidas de desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicação, pegando esse viés um pouco mais desenvolvido, um pouco mais tecnológico. Sim, nós podemos ter uma infraestrutura necessária para algumas aplicações em algumas medidas para cidades inteligentes.

Pode-se verificar com o MEC — Ministério da Educação a possibilidade de ajustes inclusive em diretrizes curriculares de cursos de graduação que contemplem formação de mão de obra já com esse viés. Eu não lembro qual colega disse que hoje em dia o ensino superior brasileiro ainda está muito forjado no que chamamos de economia das grandes corporações. As profissões foram moldadas dentro dos papéis das grandes corporações. Não é mais essa a realidade.

Para fechar — Sr. Presidente, peço desculpa por extrapolar o tempo —, sugiro legislações que fomentem soluções verdes, como veículos elétricos e energias alternativas. Eu não entendo por que não temos ainda uma legislação como a que existe em países escandinavos, principalmente, mas também em outros países, que privilegia, incentiva e fomenta essa direção do verde. Isso deve permear os processos até chegar aos Municípios.

Essa era a nossa contribuição.

Obrigado. Acho que passei um pouco o tempo, desculpem-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Xavier.

O pessoal da Consultoria Legislativa da Casa tem a palavra, por favor.

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - Sou Claudio Nazareno, Consultor da área de Ciência e Tecnologia.

O Centro de Estudos já produziu diversos estudos. Eu, pessoalmente, participei de seis temas diferentes. O Centro de Estudos tem uma dinâmica um pouco diferente da dinâmica das Comissões. Nós nos debruçamos longamente sobre o assunto e, com sorte, chegamos a alguma solução no final. Foi bom o colega Xavier já trazer várias conclusões para o nosso estudo.

Temos que fazer algumas considerações. Primeiro, ouvimos especialistas, como estamos fazendo agora. Mais do que ouvir especialistas, necessitamos do aporte por escrito de algumas contribuições básicas, para balizar o trabalho. Com sorte, conseguimos concluir em alguma proposição legislativa. Agora, sempre percorremos o caminho que os Deputados Relatores, que estão propondo o tema, gostariam que o estudo tivesse no final.

Temos que lembrar algumas coisas. Primeiro, estamos no Congresso Nacional, que trata de legislação federal, portanto não temos como fazer programas de Governo. Estou vendo que muito disso não é minha área. Minha área não é desenvolvimento urbano, minha área é ciência e tecnologia. Contudo, acaba havendo um tecido conjuntivo de todas as áreas. Temos que saber das limitações que esse estudo vai ter. Esse estudo vai ter recomendações, muito provavelmente terá indicações, que são as proposições legislativas que serão feitas, e muita coisa proposta é de ação municipal. Portanto, temos que descobrir como formatar esse estudo para que atenda aos Deputados que estão propondo o tema.

O trabalho normalmente funciona assim: abrimos uma rodada inicial para ouvir os especialistas, fazemos algumas reuniões de trabalho, fermentamos esse tema na Consultoria, para encontrar a linha de trabalho e, inclusive, a ordem cronológica desses trabalhos. Gostamos muito de ouvir, nesse período inicial, para desenvolvermos uma proposta nossa, gerada na Consultoria, de como esse trabalho seria conduzido ao longo do tema, porque, afinal de contas, é um trabalho que leva a assinatura dos Deputados. Os Deputados é que estão propondo o tema. Nós somos meros colaboradores, instrumentalizamos esse tema.

As publicações têm de praxe a prática de abrir a artigos autorais. Então, há a parte dos Deputados, o que eles propõem. Eles introduzem o tema, eles concluem o tema, mas ouvindo artigos autorais tanto de consultores externos quanto dos Consultores da Casa.

Eu só queria dar esse panorama de como nós normalmente conduzimos os estudos. Normalmente, há visitas técnicas, ou não, e há seminários internacionais ou nacionais, que são propostos em comum acordo. Mas a ideia é que realmente primeiro possamos ouvir. Quanto mais especialistas nós ouvimos no primeiro momento, melhor para formatarmos o tema. Nós apresentamos esse tema, discutimos com os Parlamentares e, então, chegamos ao final do trabalho e, com muita sorte, chegamos a mais de uma indicação, às vezes a projeto de lei.

Mas esse não é o principal espírito do estudo. O estudo é para pensar o tema, para propormos ao Brasil uma política de desenvolvimento para algum assunto que está com um problema identificado. É uma coisa a longo prazo, em que se identifica um gargalo, em algum determinado assunto, e nós propomos uma solução a longo prazo. Uma solução a longo prazo não é necessariamente um projeto de lei, mas sim uma proposta.

Como foi dito aqui e em vários lugares, nós temos que ouvir e temos que olhar o que já foi feito. Há vários planos de desenvolvimento, há vários PDOTs. O que mais há PDOT que nunca saiu do papel, o que mais há é PDOT que foi desvirtuado, o que mais há é polo científico-tecnológico no Brasil. Há um monte de polos, mas não necessariamente estão funcionando bem. Portanto, temos que ver quais são os polos. Não podemos confundir polos com cidades inteligentes.

Eu achei fantástica a contribuição do Eduardo, que disse que o conceito de cidades inteligentes é simples: é um lugar para se morar, para se trabalhar e para se ter lazer. Se conseguirmos formatar um estudo sobre como as cidades têm que fazer para ser um lugar onde possamos morar, trabalhar e ter lazer no mesmo lugar, já daríamos uma grande contribuição para o País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Obrigado, Claudio.

Mais alguém da Consultoria gostaria de se manifestar? *(Pausa.)*

Para tentar encaminhar um pouco, faremos um bate-papo agora, algo um pouco mais desorganizado, no sentido de cada um estar livre para conversar. Vamos inovar na desorganização: vai ser uma desorganização combinada.

Gostei de uma expressão que foi usada por mais de um orador, sobre identificarmos a dor. Eu vou propor, neste momento, que façamos um pouquinho de exercício de engenharia reversa: vamos partir disto. Dentro dos nossos limites, os quais o Claudio nos apresentou, nós precisamos agora definir o nosso tema de estudo e colocar os nossos limites. Como eu falei de engenharia reversa, vamos partir do final para o começo. Onde nós queremos chegar? Qual dor nós queremos...

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - Deputado, permite-me um pequeno aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sim, é claro.

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - Nós não precisamos chegar aonde queremos chegar agora, é só um lembrete. Muitas vezes começamos de determinada forma e, no meio do caminho, descobrimos que temos que chegar a outro lugar. Mas acho fundamental aproveitar esses especialistas que estão aqui para extrair desta reunião o que seria interessante. Realmente, é uma construção.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sim, mas precisamos definir o aspecto que queremos tratar. O assunto é muito amplo, é muito abrangente.

Quando a Deputada Angela Amin me falou o perfil que seria trazido, na reunião até comentei: *"Então, eu vou tentar trazer alguém que possa fazer uma leitura prática, para tentarmos confrontar a academia com o Plenário"*. Daí o comentário do Chibil também, porque existe uma dor de quem estuda o assunto, que é se debruçar, dedicar-se, esforçar-se, dar a sua contribuição; depois, muitas vezes, nada acontece.

Da mesma forma que o conceito a que o Eduardo se referiu, é muito bom por ser muito simples. Seria bom conseguirmos tratar esta matéria com base na simplicidade e, ao final — utilizo outra expressão que o senhor usou, na primeira reunião, com a qual concordo muito —, termos um *menu* de boas práticas, gerar esses escopos, aproveitando as experiências existentes, e colocar isso à disposição das pessoas. Precisamos desamarrar os nós.

O Marcos fala do desejável das PPPs. Nós sabemos que PPP é um assunto recorrente. Todo mundo acha linda a ideia, mas não consegue colocar na prática. Sempre há um desafio para se fazer uma parceria entre o público e o privado. Sempre há uma amarra muito mais do que ideológica: é uma amarra prática. Existe uma vírgula na legislação. A iniciativa privada tem uma característica muito própria, muito particular. Precisa sobreviver e quer lucro. O poder público, por sua vez, tem como princípio o interesse público. Os interesses são diferentes: você precisa atender o público e você precisa limitar aquilo. De alguma forma, sempre há. PPP é uma boa ideia, mas, quando falamos do prazo, a PPP sempre vem como prazo acima de 20 anos ou 30 anos. Daí os Governos sempre param.

E são nós ou estruturas que estão acima de nós, muitas vezes. É uma questão cultural. Mas podemos de alguma forma contribuir e colaborar também, na minha opinião, para sugerir algumas situações para que se viabilizem essas coisas.

Bem, fui longe agora, mas penso que precisamos trabalhar o conceito, definir. A Deputada Angela Amin disse, no primeiro momento, que o estudo dela estava mais próximo da educação e foi caminhando para as cidades humanas e inteligentes.

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Dentro das cidades inteligentes o foco também é no detalhe da educação. Qual é o profissional? Qual é o perfil daqueles que irão trabalhar com o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sim, é um aspecto que tem que ser colocado, é claro!

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - Deputado, acho que a Deputada quis dizer é que nós devemos olhar para o futuro, e não para o passado. A educação hoje está educando para o passado, e não para o futuro. Para atendermos às cidades inteligentes, temos que ter capital humano.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sem dúvida! Isso tem que participar. Agora, temos que começar a desenhar isso.

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Falo do capital humano, não única e exclusivamente, para trabalhar os mecanismos que aí estão, para viver nessa nova cidade. Esse é o foco que temos que trabalhar, independentemente de legislação. Nós não viemos aqui para preparar um protocolo de legislação. É o que cabe a nós, mas também cabe a nós estudar temas específicos que envolvem o cidadão nas cidades. Nós podemos formatar um documento e publicar esse documento que vai facilitar a vida do gestor público. Eu já fui Prefeita e sei o quão importante é o conhecimento para que possamos fazer mais e melhor.

Aqui o Presidente está falando, em síntese, da insegurança jurídica que existe no Brasil, no trabalhar o público e o privado, mas isso não pode nos intimidar a buscar um processo inovador, para ultrapassar inclusive a barreira da insegurança jurídica. Eu quero dizer que é muito possível fazer, e fazê-lo de maneira diferente, envolvendo o poder público, envolvendo a academia e envolvendo aqueles que fazem bem esses processos, isto é, a indústria do conhecimento, de modo a facilitar não só a vida a vida do cidadão, mas a vida do gestor, para que possamos obter um resultado diferente.

Hoje presidi, na Casa, sessão solene sobre certificação digital. Como faz a academia? Não sei se os senhores sabem, a Sala Cofre vinculada à Casa Civil está na Universidade Federal de Santa Catarina, do meu Estado. O curso que eu fiz de mestrado e doutorado fica ao lado dessa Sala Cofre e eu não tinha conhecimento. Portanto, trata-se dessa inteligência de formatar os processos e utilizar a iniciativa privada para a execução. Isso acontece no País.

Eu fiz a minha certificação digital, em São Paulo, na semana passada. O cidadão vai poder ter a sua certificação digital, assim como o poder público tem o seu processo de certificação digital e as empresas têm o seu. Isso é possível. Nós não nos podemos intimidar e, de repente, até nos acomodar e dizer: *"Ah, nós não temos a segurança jurídica"*. Nós temos sim! Nós podemos fazer, é uma questão de avançar.

Eu entendo que este Centro — e não é a primeira vez que participo do Centro — pode dar uma grande contribuição exatamente para levar o conhecimento e socializar esse conhecimento. É possível fazer isso e fazer bem. Entendo que o objetivo deste grupo de trabalho é exatamente este. E, de repente, levantar algumas legislações em que podemos avançar, mas não é só isso, é muito mais do que isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Bem, a nossa intenção é termos um ponto de partida para desenvolvermos o raciocínio e estabelecermos como vamos trabalhar.

Tem a palavra, Eduardo.

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - Eu queria só atender ao desassossego do nosso Luiz Fernando sobre a incapacidade dos Governos de fazer qualquer coisa.

A empresa pequena, a exemplo das *startups —* e vários de vocês as mencionaram, como o Xavier, o Marcos, a Jamile, reiterando que são muito saudáveis para o ambiente de inovação e tudo o mais —, aprende rapidamente. Todos que lidam com *startups,* assim como eu, sabem que aprendem rapidamente. No mundo de hoje, têm que entrar rapidamente no mercado, apresentar um produto, ver se dá certo, achar o mercado, e só depois desenvolver o grande produto. Mas elas têm que ir rapidamente para o mercado.

Essa é a forma de resolver essa incapacidade do Governo de fazer, porque, quando se faz um plano diretor de uma cidade, primeiro se leva muito tempo, porque demanda muitas reuniões e o envolvimento de muita gente, etc. Este *workshop* que nós desenvolvemos para a Ponte Hercílio foi concebido da seguinte maneira: destaca-se uma região pequena da cidade, delimitada, com um problema pequeno, com solução conhecida; assim, consegue-se trabalhar sobre aquele pequeno problema. Daí, por imitação, por ver que a coisa deu certo do outro lado, os outros vão querer também. Portanto, eu acho que existe uma saída para quebrar esse problema, porque é verdade aquilo que você colocou sobre a incapacidade do Governo de agir diante de um plano diretor de uma cidade.

Contudo, devemos pensar o seguinte: antes de fazer esse plano diretor, que vai ser uma maravilha, vamos pegar um bairro da cidade. Em geral, a sugestão é que seja escolhida uma região no centro da cidade, e não construir uma cidade nova, porque construir uma cidade nova cai naquele caso anterior: leva-se 3 anos para...

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - Um laboratório, não é? Deve-se fazer um *case.*

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - Deve-se fazer um laboratório, um *case,* em um bairro pontual. Isso já foi chamado na literatura como acupuntura da cidade. Você pega um pedaço da cidade e fala: *"Aqui vamos fazer uma intervenção"*. E essa é rapidinha, pode-se começar a fazer em 1 ano. Vendo o resultado, o resto acontece por tabela.

Quem visitou Nova York nos últimos tempos deve ter reparado a Broadway. Chegou lá uma Secretária de Transportes — para esses casos, Deputada Angela Amin, é preciso que haja uma mulher com coragem suficiente para fazer isto — que modificou a única avenida diagonal de Nova York. Nova York tem aquela grade perpendicular, as avenidas e ruas são perpendiculares. Eu sou de Belo Horizonte, e o pessoal acha que eles copiaram isso de Belo Horizonte. Mas eles têm essa grade perpendicular e uma rua na diagonal, que é a Broadway. E é por isso que ela se chama Broadway, que significa "caminho largo". A Secretária de Transportes resolveu o seguinte: *"Vamos fechar a Broadway para carros".* Como? Ela mediu o trânsito da cidade, contou quem passava por lá, em termos de número de pessoas, e veio com os dados. O Bloomberg era Prefeito e falou: *"Olha, eu só acredito em dados"*. Aliás, ele ganhou dinheiro e ficou rico cuidando de dados financeiros. Por isso, o Bloomberg falou: *"Traga dados"*. Ela mediu e disse: *"Nessa avenida passa quatro vezes mais gente a pé do que de carro"*, portanto o espaço público nobre tem que ser quatro vezes mais para pedestres do que para carros. Hoje todo mundo fica encantado com a Broadway. E nela se construiu assim: calçada, ciclovia e calçada de novo, para a ciclovia ficar completamente segregada; depois vem a rua, com uma mão para cada lado; e, de novo, calçada, ciclovia e calçada. E os restaurantes e cafés todos puderam abrir uma área adicional nesse passeio estendido.

Todo mundo achou aquilo uma maravilha! E ela mediu o resultado no comércio local: subiu 50% o faturamento de todo mundo, por uma questão muito simples: o cara que está a pé ou de bicicleta para e compra, e o cara que passa de carro não compra nada.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - É a quarta hélice. A gente empoderou a sociedade...

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - É isso aí. E todo mundo achou aquilo uma maravilha.

Ela tem um livro sobre isso. Ela se chama Janette Sadik-Khan. E a quantidade de pancada que ela levou! Mas como é que ela começou? Pegou a Broadway, que era a avenida principal da cidade, e fechou um trechinho dela lá na Times Square.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - Antes, o Jang Ghel fez isso em Copenhagen também.

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - Na Europa, já estão fazendo isso há muito tempo, mas nos Estados Unidos...

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - La Rambla, em Barcelona, também. Isso é promover o empoderamento ao público, às pessoas, para gerar conexão. A inovação está no encontro das pessoas. A inovação só ocorre com pessoas.

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - É isso aí. Portanto, contra aquele angu de caroço, que é o Governo não ter a capacidade de tocar um plano para a cidade como um todo, a ideia é fazer como as *startups*: faça-se uma acupuntura, ou seja, nesse lugar da cidade vamos fazer uma intervenção. Aí o resto faz...

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Eu conheço um Prefeito que fechou a rua *(ininteligível)* para fazer um calçadão. Imaginem o quanto ele apanhou! E foi na década de 70... *(Risos.)*

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - É isso aí, é a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sim, sair da zona de conforto e mudar o *status quo*, em qualquer situação, é sempre muito difícil.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - Mas, nesse caso, envolve muito a cultura. Precisamos bater muito nessa tecla da cultura, de *mindset*, de nova economia, para o pessoal começar a entender que o mais importante são as relações humanas. Devemos criar ambientes agradáveis para as pessoas se encontrarem. O que é a CAT? Nada mais é do que isso: um ambiente superagradável para você fazer negócios. Esses são os co-*workings*, os co-*livings* e os demais "cos". E hoje tudo é "co"! Acho que devemos promover isso.

O Governo é o indutor, não é o ator principal. Acho que o que falta é tirarmos um pouco do ego do Prefeito, para ele deixar de achar que a cidade depende apenas dele. Ele tem que ser um indutor, tem que empoderar a população. Só temos que orientar e direcionar como queremos que essas pessoas criem soluções para a cidade. Acho que esse é o maior mérito do líder: trazer as pessoas para trabalharem para você. Acho que essa é a grande virada de chave, até para as pessoas terem um senso de pertencer, de cuidado, de zelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Vou passar a palavra ao Luiz Fernando. Logo depois, ouviremos o Claudio.

**O SR. LUIZ FERNANDO CRUVINEL TEIXEIRA** - Ouvindo aqui a conversa de todos, acho que temos algumas palavras-chave, sendo que a palavra-chave principal de toda esta nossa reunião aqui é "pessoa". Esta é a palavra-chave do negócio. Como é que nós vamos melhorar a qualidade de vida das pessoas? Essa é a questão.

A qualidade de vida é diferente em Nova York, em Chicago, em cidades da Europa, em Goiânia ou em cidades do Nordeste. Cada uma tem sua inspiração. Tive um professor que dizia assim: *"O cara quer o asfalto; no dia em que ele consegue o asfalto, ele quer a escola; no dia em que ele tem a escola..."* Enfim, ele não para de querer*.* Isso ocorre nas cidades. A Deputada Angela Amin foi Prefeita e sabe muito bem como é que são as demandas.

Mas acho que, a partir das pessoas, podemos desenvolver esse raciocínio da cidade inteligente. Quais são os pontos fundamentais que podemos trazer para as pessoas, para obtermos qualidade de vida? Para mim, essa é a questão principal.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Concedo a palavra ao Claudio.

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - O debate é extremamente frutífero, realmente. Acho que podemos ficar aqui durante horas discutindo isso. Mas, tentando ser um pouquinho mais propositivo, acho que deveríamos realizar uma segunda reunião como esta com outros especialistas. Devemos chamar outros especialistas, de outras associações também, antes de chegarmos a uma delimitação melhor. Acho que são tantas as iniciativas, tantas as associações, as universidades, os polos, etc., que temos no Brasil, que poderíamos marcar, no mínimo, mais uma reunião com mais uns quatro especialistas, para criarmos uma massa crítica um pouco melhor. Daí partiríamos para uma coisa mais setorizada: falaríamos um pouco mais em plano de desenvolvimento urbano, em moradia, em tecnologia e esse tipo de coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Eu não sei se seria uma reunião assim, mas podemos deliberar sobre isso daqui a pouco.

Eu gostei de uma fala. O Eduardo falou uma coisa de que gostei. Podemos pensar em uma reunião ou em uma alternativa. Houve um momento em que o Eduardo disse, em sua última fala, sobre *"agir pelo exemplo"* ou algo assim. Talvez devêssemos pensar em um formato — e não sei bem qual, poderia ser um seminário — no qual pudéssemos fazer uma apresentação de diversos *cases*. Talvez fosse interessante partirmos para isto, um formato diferente, onde poderíamos ter a apresentação de vários *cases,* de diversas situações. A partir daí, talvez pudéssemos fazer uma reunião para elencá-los, a partir da experiência de cada um. Seriam *cases* nacionais ou internacionais, se for o caso. A partir ou depois disso, haveria uma reunião para arrematar tudo.

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - Eu insisto nesta questão de que precisamos fermentar o conhecimento. É muito cedo para uma tomada de decisão. Acho que temos que ouvir, que estamos na fase de ouvir. Quanto mais ouvirmos, melhor será para nós. Quando falo em "nós", quero dizer "colegiado".

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Quanto à questão dos *cases*, a minha ideia seria no seguinte sentido. Dou, como exemplo, a experiência de uma *startup.* Ou a do próprio Chibil, que relatou o que ele estava pensando quando estava projetando uma cidade. Como ele chegou a isso e quais foram as dificuldades de execução? Há a questão do confronto entre a economia e a geração de emprego.

Hoje acontece uma coisa muito interessante nas cidades brasileiras: a forma de conviver com a cidade mudou. O emprego mudou de lugar. Temos que enfrentar essa realidade. Um lugar conseguiu, de repente, ter uma boa experiência com uma operação urbana, por exemplo. E conseguiu através disso. Essa foi uma ferramenta que gerou a mudança. Outros lugares conseguiram fazer uma interferência profunda com APL (arranjos produtivos locais). Se partirmos dessas várias diferenças, conhecendo essas várias ferramentas, a partir de tudo isso podermos tentar chegar a um ponto de encontro dessa inteligência, colocando sempre a pessoa no centro. Mas, a partir de agora, olhando para o futuro, como vamos construir isso?

Concedo a palavra à Profa. Jamile.

**A SRA. JAMILE SABATINI MARQUES** - Eu queria sugerir o seguinte: nesse evento que acontecerá em novembro, para o qual traremos palestrantes nacionais e internacionais para discutir o tema *Sustentabilidade e Inovação na Era do Conhecimento* e para tratar do tema de cidades, nós até podemos montar um grupo lá dentro. Assim, vocês podem ir para lá, ver o que está acontecendo, ouvir o que eles estão falando. E podem trazer outro especialista para fazer um debate, numa sala paralela, como uma sessão paralela, aproveitando todo esse conhecimento que estará aqui no Brasil. Acho que pode ser a oportunidade para debater.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Nós vamos participar, com certeza, mas até lá precisamos ter alguma coisa já desenhada, porque novembro está distante. Acho importantíssimo que de alguma forma tenhamos presença lá, sim, e aproveitemos para enriquecer o trabalho.

**A SRA. JAMILE SABATINI MARQUES** - Sim!

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Eu não sei se já encaminhamos para o fechamento. Como foi dito, se formos bater papo, temos coisa demais para conversar. Em termos de proposta, o Claudio Nazareno fez uma proposta objetiva: fazermos mais uma rodada. A Deputada Angela Amin, a princípio, entende que não deve haver outra rodada dessa forma. Assim a Deputada se manifestou.

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Eu acho que até podemos deliberar temas para serem ouvidos, mas já dentro de um cronograma de trabalho, para que possamos acelerar a resolutividade.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Portanto, a intenção é acelerar um pouquinho mais, já tendo um cronograma de trabalho. Nós precisamos avançar para decidir.

Eu propus um seminário expositivo, a princípio, para que tenhamos conhecimento maior. Eu gostaria que vocês comentassem um pouco essa proposta. O Deputado Haroldo Cathedral infelizmente saiu. O Deputado Eduardo Braide também.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - Teria como fazermos alguma coisa anterior ao evento de novembro, algo menor, mas com essa mesma pegada, para anteciparmos e darmos um direcionamento para a Comissão?

**A SRA. JAMILE SABATINI MARQUES** - Podemos pensar em alguma coisa.

**O SR. EDUARDO MOREIRA DA COSTA** - Deixem-me dar uma sugestão para esse evento intermediário e para o evento de exposição de casos.

Acho que nós deveríamos nos concentrar em casos que façam com que os Prefeitos e os Executivos municipais em geral se sintam mais próximos. Se nós apresentarmos um caso como *"Vamos fazer um Songdo"*, como foi feito na Coreia, uma cidade de 25 bilhões, o Prefeito vai dizer: *"Isso não é para mim"*, apesar de haver um desenvolvimento fantástico e tal. Mas pode-se falar no Porto Digital, de Recife, ou no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que também é outro exemplo. Há também o exemplo do calçadão no centro de Florianópolis, daquele centro de inovação da CAT que você mencionou. Existem vários exemplos no Brasil de coisas que estão acontecendo que mudam completamente a vida daquela região. Para as cidades, isso é mais próximo. Eu acho que nós devemos ouvir esses outros casos que existem no Brasil, mas não pegar coisa grande demais. Como é que eu projeto uma nova capital de determinado Estado? Isso é difícil demais, e ninguém vai se associar àquilo. Agora, esses casos que estou citando aqui, todos podem fazer um porto digital, dado o desejo político.

A Prefeitura e o Governo do Estado em Pernambuco brigaram ferrenhamente sobre todos os assuntos, menos sobre o Porto Digital. Eles conseguiram esta mágica: sobre aquilo ali, todos caminharam na mesma direção. É um exemplo que todos conseguem, é próximo. As pessoas olham aquilo e dizem: *"Isso eu também posso, esse negocinho aqui eu posso"*. Pega-se 1 milha, um bairro, um lugar da cidade, e faz-se uma intervenção ali.

Por isso, acho deveríamos ter a preocupação de selecionar *cases* que tenham a ver com a maioria das cidades brasileiras, de tamanho médio para grande.

**O SR. EDISON ALESSANDRO XAVIER** - Eu acho bacana, nessa abordagem dos *cases,* termos uma perspectiva do como, e não só do quê. Vou dar um exemplo. São Paulo fez um programa que foi inovador no Brasil, coisa de 4 ou 5 anos atrás. Todo mundo deve conhecer a sigla, Pitch Gov. Qual é o modelo de Pitch Gov? O Município sabe de algumas áreas que tem interesse em resolver, porque sabe que são problemáticas. Ele lança isso como temas, faz uma chamada pública e deixa a comunidade de inovação entregar o que eles acham que resolveria ou ajudaria a resolver esse problema. Assim se tem essa ligação extremamente frutífera com a inovação que vem das *startups*, que é *lean*. O que é *lean startup*? A veia da *startup* é esta: *"Eu tenho que testar hoje e validar o mais rápido possível, porque eu não tenho tempo a perder"*. É uma das grandes diferenças da *startup* para o desenvolvimento de negócios inovadores.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - A *startup* é enxuta, é você validar sem investir.

**O SR. EDISON ALESSANDRO XAVIER** - Exatamente. Então, se você quer validar alguma coisa, você coloca um *site,* e atrás é você quem está fazendo o papel, mas lá todo mundo que está visitando aquele serviço está imaginando que ele está funcionando perfeitamente. Eu não gastei dinheiro; estou fazendo o trabalho e o estou validando. São inovações e iniciativas não do que foi feito, mas de como o Município inovou na captura da inovação, para que isso pudesse ser prova de conceito, enfim. Acho que também é bem interessante usar essa abordagem do como, não só do quê.

**O SR. LUIZ FERNANDO CRUVINEL TEIXEIRA** - Deputado Francisco Jr., eu poderia falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Por favor, V.Sa. tem a palavra.

**O SR. LUIZ FERNANDO CRUVINEL TEIXEIRA** - Eu queria colocar uma outra questão do *case*, não só do que dá certo, mas também do que não deu certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Ótimo, bem lembrado!

**O SR. LUIZ FERNANDO CRUVINEL TEIXEIRA** - Hoje a Adriana, em seu gabinete, falou da experiência dela em Belo Horizonte, que eu acho extremamente importante, de um *case* que foi muito benfeito, mas que não deu resultado. Explicar por que isso não deu resultado é muito importante.

**O SR. EDISON ALESSANDRO XAVIER** - Até porque, vale lembrar, no método científico o não resultado também é um resultado extremamente relevante.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Dizem que a pessoa inteligente não pisa no mesmo buraco duas vezes; agora, o sábio não pisa no buraco que os outros já pisaram. Essa é a diferença entre a pessoa inteligente e a pessoa sábia. *(Risos.)*

Podemos aprender com os erros dos outros.

Vamos encaminhar. Eu penso que dá para associarmos um pouquinho. Agora eu não sei, por exclusiva falta de experiência — este é o meu primeiro mandato, por isso vou precisar da ajuda dos universitários, das cartas, dos Deputados mais experientes —, que tempo precisaríamos para fazer isso.

A princípio, pensei, cada Deputado do CEDES interessado pode sugerir ou apresentar para a Comissão dois ou três casos, depois reuniríamos tudo. Agora, organizar isso é diferente de organizar uma reunião como esta, o que conseguimos fazer rápido. Será que conseguiríamos fazer em julho?

Penso em fazer as duas coisas. Quero aproveitar a sugestão do Claudio: num evento como este, articular pessoas que tiveram essa experiência e chamá-las para vir a um seminário, por exemplo. Nesse caso, acho que vale a pena divulgar e colocar mais pessoas para serem ouvidas. Seria uma exposição. Contudo, vale a pena também ganharmos um pouquinho de tempo com essas pessoas. Já que elas vão estar aqui e vão expor, podemos colocar todos numa sala, ou pelo menos alguns deles, e conversar um pouco mais. Creio que conseguiremos fazer as duas coisas no mesmo dia.

Conseguimos organizar isso, Claudio, para o mês de julho? Precisamos disso para agosto? Caso contrário, acabamos participando do evento em novembro.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - Deputado, eu sugiro também que se convide o MCTIC — Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para sabermos o que o Ministério está pensando em relação a cidades inteligentes. Acredito que essa seja uma pauta do Ministério de Ciência e Tecnologia, então é importante que ouçamos a Pasta.

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - O Governo tem vários planos nesse sentido, não só no MCTIC. Inclusive, esse é um mal do Governo brasileiro em geral: perde-se em um monte de iniciativas ao mesmo tempo. Com certeza, esse é um dos setores que tem que ser ouvido, isso é óbvio, mas insisto: ainda estamos no processo de maturação. Temos que criar um cronograma, sim, e esse cronograma tem que ser dividido em, no mínimo, três fases: a primeira fase é de preparo ou introdução para a conceituação do problema, a segunda fase é o detalhamento, e a terceira fase é a conclusão.

Podemos apresentar esse cronograma, sem problema algum, Deputado. Apresenta-se um cronograma tentativo, porque há questões administrativas de organização dos eventos. O CEDES tem que entrar em contato, há questões de agenda. Existe muita coisa.

Acredito que em julho não será possível fazer isso. Temos que pensar numa rodada para agosto. Em julho, nós podemos fazer uma reunião de trabalho fechada no CEDES, só com os Deputados, para discutir esse cronograma e para fazer o planejamento da primeira reunião, a ser realizada em agosto, que será aberta e contará com esses especialistas que serão propostos.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - O Deputado Haroldo Cathedral não está presente, mas penso que concordaria com essa proposta.

O que V.Exa. acha, Deputada?

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Eu acho que, marcando a reunião, serão trazidos os subsídios necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Por uma questão de tempo, esta reunião tem que acontecer até a semana que vem. Não sei se teremos recesso na Câmara, mas, se tivermos, a reunião só poderá ocorrer em agosto. Por isso, acho que seria interessante fazermos esta reunião na próxima semana para fecharmos isso.

Se conseguirmos, nessa reunião, trazer pelo menos uma prévia do que seria este seminário, ficará mais fácil fazermos o cronograma. Naturalmente, será em agosto. Já nos organizamos para iniciar um trabalho.

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - Final de agosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Tudo bem.

Sugiro a cada Deputado membro — depois vou passar para o Deputado Eduardo, que se interessou, e para a Deputada Maria Rosas — que traga sugestões de experiências, exitosas ou não. E que traga, se for o caso, alguma sugestão de visita técnica, para elaborarmos esse cronograma. Assim, teríamos uma ideia. É claro que tudo pode ser adaptado durante a caminhada, mas já teríamos uma ideia de como seria o processo, ao fazermos o cronograma dessas três etapas. Podemos colocar em meados de setembro o marco para a finalização da primeira etapa. Depois teremos até o final do ano para... Qual foi o nome que você deu para a segunda etapa?

**O SR. CLAUDIO NAZARENO** - Desenvolvimento do tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sim, desenvolvimento, para o qual temos o restante do ano. Deixaremos o começo do ano que vem para fazer a conclusão e os arremates. Assim, definiríamos como seria esse trabalho.

**O SR. MARCOS ALBERTO BERNARDO CAMPOS** - Ocorrerão dois eventos: em setembro, o Connected Smart Cities, em São Paulo, no Centro de Convenções Frei Caneca; e em novembro, aquele em Florianópolis. Sugiro fazermos os eventos aqui em agosto ou outubro, para em setembro e em novembro podermos participar desses outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Teremos essa primeira fase para pensar no que será produzido. Isso vai ser muito bom, porque haverá dois eventos muito significativos para participarmos.

Deputada, a reunião interna ficaria melhor para V.Exa na terça-feira ou na quarta-feira da semana que vem?

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Terça-feira é melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sim, é menos ruim! Pode ficar combinado este mesmo horário?

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Fui chamada para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Costumo dizer que, quanto mais Deputado eu fico, mais sem educação fico, porque não chegamos na hora e saímos no meio das coisas. Não tem jeito! É uma etiqueta própria, não tem jeito.

Destaco mais uma vez a importância da Assessoria nessas questões, que é fundamental. É sempre bom ter um Assessor que mantenha a linha do tempo.

Claudio, semana que vem faremos essa reunião fechada às 14 horas, para tentarmos elaborar essa programação.

Mais alguém gostaria de contribuir de alguma forma, sejam os consultores convidados, sejam os Consultores da Casa, sejam os Deputados? Alguém gostaria de trazer mais alguma contribuição para este momento?

**O SR. CARLOS LARANJEIRA** - Se o Deputado me permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - É claro!

**O SR. CARLOS LARANJEIRA** - Nosso colega urbanista fez uma pergunta para todos nós e para si mesmo. Acredito que ele sabe qual é a resposta quando diz que não sabe qual é o maior *gap* para que os cidadãos possam usufruir de seus Municípios como uma cidade inteligente. Eu pensei em todas essas participações de hoje e tive a impressão — acho que os senhores devem concordar em parte — que a educação no Brasil é o maior *gap* para todas as coisas. É complicado pensar em sistemas inteligentes com câmeras controlando todas as coisas e filmando um monte de cidadãos que não têm acesso à educação. Talvez eles não venham a usufruir em nada daquilo. Portanto, eu gostaria de fortalecer esse aspecto da educação para que os cidadãos possam usufruir das cidades inteligentes, como um ponto importante para este trabalho do Centro de Estudos.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Mais alguém deseja se manifestar? *(Pausa.)*

Já que não temos mais inscritos, eu gostaria muito de agradecer a todos.

**A SRA. JAMILE SABATINI MARQUES** - Eu quero ficar à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Ah, sim! Disso eu não abro mão, em relação a nenhum dos senhores! Não precisa nem dizer. A nossa intenção é que todos os que foram convidados, sejam os da Casa, sejam os que estão aqui hoje, possam continuar colaborando, sem dúvida nenhuma. A particularidade desse tema é sua diversidade e amplitude. A dificuldade de fecharmos um foco é o assunto ser muito amplo e tudo ser importante. Quanto mais conversarmos e ouvirmos, melhor será para criarmos uma linha de trabalho. Isso vai ser muito positivo.

Agradeço a cada um dos senhores a presença e a disponibilidade. Este foi um evento criado e montado muito rapidamente!

Agradeço também ao Presidente da Casa, que em tempo recorde autorizou e viabilizou a realização deste evento. Que este agradecimento chegue até S.Exa. Nós reconhecemos a boa vontade do Presidente Rodrigo Maia, que tem dado todo o apoio. E o CEDES realmente faz uma diferença muito grande. Que isso fique registrado, pois é muito importante.

**A SRA. ANGELA AMIN** (Bloco/PP - SC) - Acho que independente...(inaudível) ao Presidente, o CEDES sempre foi muito...(inaudível). Felizmente, sempre teve um bom (inaudível)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Jr. PSD - GO) - Sim, e os Deputados o apoiam. Isso é muito importante.

Eu agradeço a todos a presença.

Vou encerrar a nossa reunião, deixando agendada reunião para próxima a terça-feira, às 14 horas.

Oportunamente, definido o cronograma, vamos encaminhá-lo para todos os que participaram hoje desta reunião.

Muito obrigado. Até a próxima terça-feira!